



Luta de Classes e a Questão Racial: Impacto do Marxismo na Luta Antirracista

Mateus Martins Santos¹

Resumo

A questão racial na sociedade contemporânea tem abrangido diversas discussões e debates sobre o papel do negro na luta política, causando divergências entre movimentos sociais que reivindicam o protagonismo na chamada luta antirracista. As discussões sobre raça e classe vem fragmentando processos sociais, numa disputa ideológica do que vem primeiro, raça ou classe. A ideia proposta neste artigo é apresentar uma breve análise sobre alguns eventos e debates da luta antirracista, incluindo uma breve discussão sobre memória e identitarismo, contudo, uma abordagem marxista sobre a questão debatida também é colocada em pauta, do ponto de vista histórico e metodológico.

Palavras-chave: Antirracismo, Luta de Classes, Marxismo.

Lucha de Clases y Cuestión Racial: Impacto Del Marxismo En La Lucha Antirracista

Resumen

La cuestión racial en la sociedad contemporánea ha abarcado varias discusiones y debates sobre el papel de los negros en la lucha política, provocando desacuerdos entre los movimientos sociales que reivindican el protagonismo de la llamada lucha antirracista. Las discusiones sobre raza y clase han fragmentado los procesos sociales, en una disputa ideológica sobre qué es lo primero, la raza o la clase. La idea propuesta en este artículo es presentar un breve análisis de algunos acontecimientos y debates de la lucha antirracista, incluyendo una breve discusión sobre la memoria y el identitarismo, sin embargo, también se pone a la orden del día un enfoque marxista sobre la cuestión debatida, desde el punto de vista histórico y metodológico.

Palabras-clave: Antirracismo, Lucha de Clases, Marxismo.

Class Struggle And The Race Question: Impact Of Marxism On The Anti-racist Struggle

Abstract

The racial issue in contemporary society has covered several discussions and debates about the role of black people in the political struggle, causing disagreements between social movements that claim the leading role in the so-called anti-racist struggle. Discussions on race and class have been fragmenting social processes, in an ideological dispute of what

¹ Possui graduação em História pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Professor e pesquisador na área de História Geral e História do Brasil com ênfase em Educação e estudos sobre Informação e novas tecnologias. E-mail: prof.mateusmartins@gmail.com

comes first, race or class. The idea proposed in this article is to present a brief analysis of some events and debates of the anti-racist struggle, including a brief discussion on memory and identitarianism, however, a Marxist approach on the issue debated is also put on the agenda, from the historical and methodological point of view.

Keywords: Anti-racism. Class struggle. Marxism.

Key words: Anti-racism, Class struggle, Marxism.

Introdução

Não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p.. 339).

A questão racial tem sido um tema de extenso debate e reflexão na sociedade contemporânea, gerando uma série de discussões acaloradas e análises profundas sobre o papel dos indivíduos negros na esfera política. Esse debate tem levado a divergências significativas entre vários movimentos sociais, cada um buscando reivindicar o protagonismo na chamada luta antirracista. Além disso, as conversas em torno das interseções entre raça e classe têm contribuído para a fragmentação dos processos sociais, revelando uma disputa ideológica sobre qual desses fatores possui primazia, se é a raça ou a classe.

O objetivo principal no presente artigo é oferecer uma análise concisa, mas abrangente, de diversos eventos e debates que circundam a luta antirracista nos tempos atuais. Particularmente, será dada ênfase à discussão sobre memória e identitarismo no contexto desses movimentos. É inegável que a memória desempenha um papel crucial na moldagem das narrativas e demandas presentes nas lutas antirracistas, e o resgate de eventos históricos traumáticos, juntamente com a manutenção e celebração das conquistas culturais, desempenha um papel importante na mobilização das comunidades negras.

No entanto, é essencial reconhecer que as perspectivas marxistas também têm se entrelaçado nesse diálogo complexo sobre raça, classe e luta política. Nesse sentido, este artigo também se propõe a examinar a abordagem marxista no contexto da questão racial, tanto em sua evolução histórica quanto em sua relevância metodológica. Isso proporcionará uma compreensão mais profunda das formas pelas quais as análises marxistas podem ser aplicadas para entender as dinâmicas contemporâneas da opressão racial e das desigualdades.

Em última análise, busca-se contribuir para uma visão mais holística e enriquecedora das discussões sobre a luta antirracista, considerando suas múltiplas dimensões, desde as disputas internas nos movimentos até as abordagens teóricas que moldam a compreensão do fenômeno. Ao fazer isso, almeja-se lançar luz sobre as complexidades inerentes a essa

temática premente e incitar uma reflexão continuada sobre os caminhos a serem percorridos na busca por uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Ex-colônias e sua luta pela memória no continente africano

Em 4 de agosto de 1983, um jovem africano, chamado Thomas Sankara assumiria a República de Alto Volta, depois de anos de colonialismo francês sobre o país. Um dos seus primeiros feitos ao assumir ao poder, foi mudar o nome do país de República do Alto Volta para Burkina Faso, “terra do povo honesto” (SCHWIKOWSKI, 2017), pois o antigo nome era ligado a uma memória degradante, uma memória de colonialismo, sofrimento e submissão, porém o mesmo fez reformas, muitas vezes conversando com o povo com a língua local, com uma proposta de mostrar que a língua francesa, a língua de seu colonizador, era tão importante como a língua nativa do povo burquinabé, criando um sentimento de pertencimento e de pan-africanismo para o povo. O que Sankara fez a partir de 1983 foi um exemplo de resignificação da memória, ao mesmo tempo que mudou o nome do país, para apagar o sentimento de colonizado de seu povo, ele resgatou o idioma nativo de Burkina Faso, resgatando memórias e identidade afetiva para a sociedade burquinabé. Podemos notar que a busca pela memória é algo que politicamente tem um poder muito grande para grupos e comunidades, seu valor social tem o poder de moldar a trajetória do presente dos indivíduos.

O Continente Africano, grande vítima de neocolonialismo europeu, iniciado na segunda metade do século XIX e continuou até meados do século XX, desencadeou um processo que originaria diversos conflitos futuros, como cita Guimarães (2008):

Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. (GUIMARÃES, 2008)

O Continente Africano foi um grande exemplo de resistência para com sua memória e seus documentos arquivísticos. Os documentos de arquivo carregam em si registros e memória do passado, que por sua vez servem como prova no presente em determinadas situações, como cita Bruno Delmas em seu livro “Artigos Para Que?” que explica sobre a questão do arquivo como memória.

Quando os Estados Africanos ganharam sua independência, uma das primeiras preocupações foi a de estabelecer Arquivos Nacionais, o que os levou, em certos casos, a apaixonadas reivindicações de arquivos. Ao visitar em 1973, o Arquivo Nacional de Gana (anteriormente Gold Coast britânica), primeiro Estado da África subsaariana independente pós-segunda guerra (1957), e vi, no hall de entrada de um prédio moderno, uma exposição permanente, sobre as fontes institucionais do país, que não remontava nem as origens étnicas e tribais, nem à independência, mas se aplicava a apresentar os fundamentos e os caminhos da história institucional, por meio dos documentos e dos atos, que haviam desenhado aos poucos a existência jurídica dessa antiga colônia britânica, “agregado frouxo de povos desunidos”, que não constituíam ainda uma nação, mas apenas um território. (DELMAS, 2010, p. 51).

O mesmo autor também citou o caso da independência da Argélia, ex-colônia francesa.

No momento da independência da Argélia, foi preciso assegurar a continuidade de dois Estados, bem como a identidade de duas populações. E assim que, de um fundo de arquivos administrativos de algumas centenas de quilômetros lineares, a França entregou a Argélia independente noventa, relativos a gestão territorial, para assegurar a continuidade dos serviços públicos, frente a necessidade da população. (DELMAS, 2010, p. 52)

Ressignificar a história não é apagar a memória, uma vez tendo sua identidade usurpada, e depois recuperada, uma nação, etnia ou comunidade, tem o direito social em buscar em sua memória, sua história e cultura. Não é o mesmo que impor, destruir, mas sim resignificar para o sentimento de pertencimento e identidade para os indivíduos. As relações entre memória e história, e também as relações entre passado e presente são cruciais na análise concreta de uma sociedade, entender o passado com os mecanismos do presente, porém fazendo uma análise crítica e social, essa prática poderia ser democratizada à população em geral, não se limitando à historiadores, museólogos, arquivistas, jornalistas, bibliotecários etc, pois a disseminação de informação não pode ser concentrada somente no ambiente acadêmico, o direito à informação precisa chegar à sociedade de forma didática e democrática.

Ressignificar ou apagar?

Em 14 de dezembro de 1890, o ministro da Fazenda do Brasil, Ruy Barbosa assinou um despacho ordenando a destruição de documentos referentes à escravidão. O Estado de 19 de dezembro de 1890 publicou trechos da ordem, que pedia que os registros sobre servidão fossem enviados para a capital, onde ocorreria a "queima e destruição imediata deles".

No documento, o político chamava a escravidão de "instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade e infeccionou-lhe a atmosfera moral". E, dizia que a república era "obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria e em homenagem aos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que a abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira." (Estado de São. Paulo 14/12/2015)

Oposição à destruição. Em 20 de dezembro de 1890, uma moção de apoio ao despacho de Ruy Barbosa foi votada e aprovada no Congresso Nacional. Mas, não sem oposição. Representantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul se colocaram contra o despacho. A edição de 23 de dezembro do Estado trouxe mais detalhes sobre a sessão.

A nota contava que o deputado Francisco Coelho Duarte Badaró (MG) registrou seu protesto contra a queima de todo arquivo da escravidão no Brasil. Após colocar a ressalva que não se pronunciava contra a "obra meritória da abolição" mas contra a destruição dos documentos, disse: "não devemos fazer o papel de iconoclastas, devemos ter um arquivo".

"A nossa vida é nova, mas precisamos ter a nossa história escrita com provas verdadeiras. Pelo fato de mandar queimar grande número de documentos para a história do Brasil, a vergonha nunca desaparecerá, nunca se poderão apagar da nossa história os vestígios da escravidão", continuou o deputado.

Na edição de 21 de dezembro de 1890 o Estado publicou na sua capa uma crítica à ordem de Ruy Barbosa. Ela questionava o direito de um ministro sobre o destino dos documentos que "mais do que aos arquivos das repartições, pertencem à história"

A escravidão no Brasil começou no século 16 e durou até 13 de maio de 1888 quando a Lei Áurea foi assinada. (O Estado de S.Paulo - 23/12/1890)

O que podemos tirar dessa experiência? Uma tentativa de apagamento claro de uma parte da histórica nacional, que machuca e gera discriminação na população afrodescendente até os dias de hoje, ou seja, teria o ex-ministro Rui Barbosa um pouco de razão?

Antes de desenvolver uma resposta "concreta" a pergunta, vamos fazer uma análise crítica sobre o fato, a reivindicação pela destruição pelos documentos da escravidão não foi um pedido dos afrodescendentes, e sim da elite que queria apagar aquele vergonhoso fato na história do país. E mesmo que, Rui Barbosa não tenha sido escravocrata, fazia parte da elite que colhia "frutos" daquele antigo sistema, que segregou e configurou aquele sistema inapto para uma ascensão afrodescendente na elite ou até mesmo na política. Outro fato muito interessante que podemos notar, é que em 1890, dois anos pós-fim da escravidão, a situação dos escravos libertos era precária, pois não houve um plano real de inserção dos mesmos na

sociedade de forma justa, ou seja, migraram de escravizados para libertos marginalizados. Podemos entender que, para a elite, o mais preocupante era apagar um erro terrível e vergonhoso da memória da nação, do que um projeto de reeducação de sua sociedade sobre a questão da escravidão, para que a longo prazo, a questão seja compreendida pela sua sociedade de forma natural, dando para as gerações futuras uma compreensão sobre o período, mas isso de forma não racista e higienista.

Reconhecer os erros racistas também faz parte da construção de uma cidadania antirracista, pois o cidadão começa a enxergar a desigualdade social e racial que permeia o cotidiano da sociedade brasileira. Dessa forma, o mercado de trabalho reconheceria a capacidade profissional da população negra, bem como a sua grande contribuição através da grande narrativa de luta contra a violência e a favor da busca pelos direitos da construção de uma cidadania que garanta autonomia e igualdade de oportunidades. (SCHWARCZ;STARLING, 2018, p. 499)

Os lugares de fala da população negra somente são percebidos à medida que o próprio movimento negro se torna um ato educador, “a ideia de raça deve ser problematizada, e o lugar de existência se passa pelo ator político realizado pelo movimento negro, que opera na construção de identidades étnico-raciais.” (GOMES, 2017. p. 21)

Diante disso, se torna necessário extinguir o racismo estrutural, diante de uma ação conscientizadora de uma cidadania antirracista. A educação antirracista passa, então, pela visibilidade da questão étnica racial, construindo uma nova história pautada na igualdade racial e “o processo dialético de respeito com o corpo negro, que o argumento central de inferiorização da população negra seja dizimado da sociedade brasileira”. (GOMES, 2017. p. 99)

Uma questão muito relevante a destacar-se é que, por mais que as afirmações dos autores acima sejam relevantes e reais, não há perspectiva de fim do racismo estrutural sem o fim do capitalismo, pois o sistema se beneficia da desigualdade social, e o racismo é uma das bases disso no Brasil. O “estrutural” do racismo na atualidade se chama capitalismo, e sob a perspectiva disso, a forma mais eficaz adotada é a inclusão dos afrodescendentes na sociedade por meio de programas sociais, uma tarefa árdua no sistema capitalista, que falha em muitos aspectos, pois a estrutura capitalista ainda mantém os negros como minorias em empregos de destaque e prestígio. A sombra da escravidão e o desencadear do fim dela persegue a vida dos negros até à contemporaneidade, é algo implícito na memória afrodescendente.

Afinal, o que é memória?

Segundo Le Goff (1984) a crucialidade da memória, expressa em noções que se remetem mutuamente: tempo e espaço, suporte e sentido, memória individual e coletiva, tradição e projeto, acaso e intenção, esquecimento e lembrança. As diferenças de natureza entre sociedades com escrita ou não, influenciam na construção social da memória. A memória como fonte de identidade individual e de uma dada sociedade, a memória como objeto de luta das forças sociais pelo poder. O próprio Le Goff também menciona os documentos e monumentos como materiais da memória coletiva, diferenciando-os em função de suas características, sejam em função de herança do passado, ou evocam o passado, ligando-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas, e os que apresentam uma intencionalidade.

Usando a tese de Le Goff para sintetizar a ideia de memória no desenvolvimento social e cultural dos negros no Brasil, destaca-se que a questão da construção de memória, sofre influência pela diferença de natureza entre sociedades, entende-se como classificar essa ideia para com a construção da memória em um país escravocrata por centenas de anos, e o que isso influenciou na formação da memória oral, escrita e em seus arquivos e bibliotecas.

Na construção social de um país que viveu quase 400 anos de escravidão, ou mais, já que existe o trabalho escravo informal, que se perpetuou em grandes fazendas pelo país, podemos analisar como o processo de construção da memória do brasileiro, se tornou cada vez mais excludente ao decorrer dos anos, tendo seu alvo principal afrodescendentes. Esse fato acarretou grandes impactos na situação atual na cidade e no campo, uma estrutura tão sólida e higienista, que se perpetuou até os dias de hoje, trocando escravidão por trabalho precário, e no campo, trocando escravidão por uma espécie de semi-servidão, um trabalho análogo a escravidão mesmo no capitalismo moderno. Outro ponto a se destacar é a questão indígena, que graças ao garimpo e agronegócio e seus representantes no parlamento, diminuiu-se cada vez mais, territórios indígenas, seja “na caneta” ou na violência.

Ligar o povo a sua história, sua memória e sua construção social, uma nova interpretação, o sentimento de pertencimento dos negros na sociedade como cidadãos e também como os reais construtores dessa grande nação.

Marxismo e a questão racial

“O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro.” - Karl Marx, (O capital, Livro I, p. 372).

Como Fanon, outros marxistas perceberam essa questão do racismo se estruturando ao capitalismo de forma homogênea. Em 1921, o futuro líder soviético Josef Stalin destacou uma preocupação sobre o olhar não voltado de forma veemente para os povos não-brancos na II Internacional Comunista.

Na época da II Internacional a questão nacional se limitava a um reduzido número de problemas, que afetavam unicamente as ‘nações civilizadas’ (...). Dezenas e centenas de milhões de pessoas, pertencentes aos povos asiáticos e africanos, que suportavam a opressão nacional na forma mais brutal e mais cruel, ficavam comumente fora do campo visual dos ‘socialistas’. Não se atreviam a colocar no mesmo plano os brancos e os de pele escura, os negros ‘incultos’ e os irlandeses ‘civilizados’, os hindus ‘atrasados’ e os polacos ‘ilustrados’. (...) Não seria digno de um ‘socialista decente’ (...) falar a sério da emancipação das colônias ‘indispensáveis’ à ‘manutenção’ da ‘civilização’ (STALIN, Josef, 1921).

Contudo na III Internacional essa questão de pensamento pouco “eurocentrista” começou a cair por terra. Lenin, Stalin e outros revolucionários marxistas buscaram corrigir essas falhas da II Internacional, uma natural construção da fase superior do marxismo; o marxismo-leninismo, que já começou a ter resultados a curto prazo, com o nascimento de partidos comunistas e organizações revolucionárias em países de maioria “não-branca”.

No 2º Congresso da Internacional Comunista Lenin afirma:

Em toda a sua propaganda e agitação, tanto dentro do parlamento como fora dele, os partidos comunistas devem consistentemente expor que a violação constante da igualdade das nações e dos direitos garantidos das minorias nacionais ocorre em todos os países capitalistas, apesar da sua fachada ‘democrática’. Também é necessário, em primeiro lugar, explicar constantemente que só o sistema Soviético é capaz de garantir uma verdadeira igualdade das nações (...) e, segundo, que todos os partidos comunistas devem prestar ajuda direta aos movimentos revolucionários das nações dependentes e desfavorecidas – por exemplo, a Irlanda, os negros americanos etc.– e nas colônias.

Os marxistas deixaram em evidência a importância da libertação do povo negro, e de todos os proletariados não-brancos, e com o crescimento da URSS, da China liderada por Mao e o internacionalismo comunista, a sociedade começou a questionar a segregação racial geralmente promovida por países capitalistas, e o que corrobora a tese é o nascimento de muitos militantes antirracistas e marxistas, como Sankara, Amílcar Cabral, Angela Davis, Fred Hampton, e o próprio movimento dos Panteras Negras nos EUA, sem contar com as organizações de libertação (democráticas ou não) que começaram a se fortalecer no Continente Africano.

Se olharmos do ponto de vista do próprio Marx em sua contemporaneidade, em 1870 ele iria estabelecer os parâmetros da política dos socialistas em relação à questão colonial e racial. Afirmou ele: “Cada centro industrial e comercial na Inglaterra possui uma classe trabalhadora dividida em dois campos hostis, proletários ingleses e proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um competidor que rebaixa seu padrão de vida. Em relação ao trabalhador irlandês ele se sente um membro da nação dominante e, assim torna-se num instrumento dos aristocratas e capitalistas de seu país contra a Irlanda, fortalecendo a sua dominação sobre ele próprio. Ele aprecia os preconceitos sociais, religiosos e nacionais contra os trabalhadores irlandeses. A sua atitude é muito parecida com a dos brancos pobres em relação aos negros nos antigos estados escravistas dos Estados Unidos. O irlandês lhe paga com juros na mesma moeda. Ele vê no trabalhador inglês ao mesmo tempo o cúmplice e o instrumento estúpido do domínio inglês na Irlanda. Este antagonismo é mantido vivo artificialmente, e é intensificado pela imprensa, o púlpito e os jornais cômicos, em resumo por todos os meios à disposição das classes dominantes. Este antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa, apesar de toda sua organização. É o segredo pelo qual a classe capitalista mantém seu poder. E essa classe é plenamente consciente disso”.

Aqui, Marx destaca três coisas fundamentais: primeiro, que o capitalismo promove a concorrência econômica entre os trabalhadores; segundo, que a classe dominante utiliza a ideologia racista para jogar os trabalhadores uns contra os outros; e, finalmente, que, quando um grupo de trabalhadores sofre algum tipo de opressão, ela afeta negativamente toda a classe trabalhadora. Os brancos, apenas aparentemente, se beneficiam da inferioridade social do negro. É uma compensação subjetiva, ilusória, de fazer parte da raça dominante.

É essa concepção – crítica e socialista –, elaborada na segunda metade do século 19, que permitiria a construção de uma política anticolonialista, anti-imperialista e antirracista nos séculos seguintes. O principal herdeiro dessa tradição foi o movimento comunista, capitaneado principalmente pela União Soviética e a China socialista. (BLUONICORE, 2016).

O racismo tornou-se parte orgânica do capitalismo, sendo algo dinamizado por este sistema econômico, como afirma Silvio Almeida (2019), no fim das contas, “a identidade desconectada das questões estruturais, a raça sem a classe, as pautas por liberdade desconectadas dos reclamos por transformações econômicas e políticas nos tornam presas fáceis do sistema”.

A onda antirracista e os perigos do identitarismo

Se para mim, a um certo momento, colocou-se a necessidade de ser efetivamente solidário com um determinado passado, fi-lo na medida em que me comprometi comigo mesmo e com meu próximo em um combate com todo o meu ser, com toda a minha força, para que nunca mais existam povos oprimidos na terra. (...) A desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização. Mas, eu, homem de cor, na medida em que me é possível existir absolutamente, não tenho o direito de me enquadrar em um mundo de reparações retroativas. Eu, homem de cor, só quero uma coisa: Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre. O preto não é. Não mais do que o branco. Todos os dois têm de se afastar das vozes desumanas de seus ancestrais respectivos, a fim de que nasça uma autêntica comunicação. (FANON, 2008, p. 181 – 191)

Em 25 de março de 2020 nos EUA, o afro-americano George Perry Floyd Jr. foi estrangulado pelo policial branco Derek Chauvin, que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem, ato no qual foi filmado e viralizado por compartilhamentos pelas redes pelo mundo. Do que seria mais um caso de violência policial contra um negro nos EUA se tornou um evento que ganhou todo o mundo, com o slogan e palavra de ordem *Black Lives Matter* (Vidas negras Importam), e os olhos da mídia se voltaram para a questão do racismo e violência policial sofrida por negros, tomando uma proporção a gerar questionamentos sobre tais violências em outros países do mundo, inclusive o Brasil.

No Brasil a violência policial contra negros tem uma proporção bem mais densa do que nos EUA, tanto que, em 2017 a campanha Vidas Negras, lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017, relatou que cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano, segundo Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres. Cerca de 3 anos antes essa notícia alarmante não causou tamanha comoção e engajamento da mídia sobre a questão da violência contra os afro-descendentes no Brasil, não houveram campanhas ou *hashtags*. O problema não é a importação do movimento *Black Lives Matter* ou qualquer outro movimento social ou político, mas o que ele agrega à luta antirracista para o país, pois assim que a forte onda do movimento foi perdendo os holofotes da mídia internacional, no Brasil não foi diferente, aliás mesmo durante o movimento, episódios de agressão e assassinato de crianças e jovens negros no país manteram o mesmo fluxo.

Uma vez que movimentos sociais (no caso, o antirracista) que buscam quebrar

paradigmas no capitalismo são abraçados pelas grandes empresas e veículos de informação, eles tendem a enfraquecer, fortalecendo a ideia individualista acima da luta coletiva, dando voz a indivíduos específicos desses movimentos (ou não) que servirão como “representantes” dessas grandes empresas na luta antirracista, o que é contraditório tendo em vista que muitas dessas empresas tem histórico ou são acusadas de racismo. Geralmente essas empresas usam indivíduos que têm certa relevância em redes sociais e que fortalecem ideias individualistas e identitárias sobre questões de raça.

A questão do identitarismo em movimentos sociais não pode ser debatida de forma simplista, tendo em vista que envolve toda uma cadeia de emoções e sentimentos por muitas vezes reais vindo de seus defensores, engajados pela dominação cultural já moldada pela classe dominante.

A Prof^ª. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza (2021) faz uma abordagem interessante sobre o tema:

É preciso atenção à reprodução mecânica das ideias importadas, dos jargões da moda, assim como é urgente, ao campo crítico, ultrapassar a superficialidade da crítica aos “identitarismos” e reconhecer as contradições que atravessam a questão. A disputa em torno do direcionamento do debate sobre raça, assim como do debate de sexualidade, gênero etc, é parte da mudança do paradigma imperialista, desde as últimas décadas do século XX, para o qual a dominação cultural torna-se cada vez mais essencial.

Os movimentos sociais que começam como algo antagônico ao capitalismo, acabam por muitas vezes sendo cooptados por ele, o que deveria ser visto como “ameaça” e quebra do *establishment* para a classe dominante, no capitalismo torna-se um novo nicho a se explorar e obter lucro. A classe dominante adere ao movimento e muda de forma minuciosa o seu alvo, como destaca a autora:

[...] a construção ideológica comandada pelas classes dominantes - por meios das suas instituições financiadoras de produção e difusão ideopolíticas, empreendidos pela cooptação dos movimentos de contestação à ordem burguesa - e pelas academias imperialistas - em particular norte-americanas - que esvaziam a capacidade de crítica radical ao capitalismo, ao passo que apresentam “novas” pseudo-teorias de luta pela igualdade (individualista), para as quais o inimigo das/dos oprimidas/os (não se fala em trabalhadoras/es) é o comunismo marxista, e não o imperialismo capitalista e sua pilhagem e destruição do mundo. (SABINO, 2021)

O antirracismo é usado hoje muitas vezes como arma política, porém a fragmentação de organizações, coletivos e partidos de esquerda tornou a discussão dispersa, fugindo da ideia de coletividade e abraçando a ideia individualista, fragmentando negros de qualquer que

seja o ambiente social no qual lhe pertence, seja uma comunidade, org, coletivo etc. Essa individualidade em muitos casos tomou um caminho perigoso, criando tabela de opressões, no qual não apenas eram feitas tabelas por classe econômica, gênero, orientação sexual etc entre os negros, mas ao nível de grau de melanina na pele. A luta antirracista começa a ser listada como uma espécie de dogmas importados principalmente dos EUA. O capitalismo rapidamente absorveu essas ideias e as incorporou em seu processo de exploração. A dominação cultural e a “domesticação” das minorias sociais é um pilar do capitalismo. Campanhas publicitárias muito engajadas, jargões empoderadores em camisetas e vitrine de lojas etc.

As políticas identitárias passam a corresponder ideologicamente à própria lógica de reprodução do capital, partindo dos discursos que convencem os/as trabalhadores/as a continuarem no processo de trabalho em condições cada vez mais aviltadas. Como exemplo disso, temos o chamado empreendedorismo que ganha uma força gigantesca junto a ampla parcela dos movimentos negros e aparece como fortalecimento do povo negro, da sua emancipação etc. Mas, na verdade, esconde a transferência dos custos de produção para as costas do/a trabalhador/a e a sua responsabilização pela produção de riquezas que serão, de muitas formas, apropriadas pelo grande capital financeiro.

Como afirma HAIDER (2019) o paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar. É algo que denomina-se como combatente ao racismo estrutural, porém está manipulado e patrocinado por ele, tornando-se controlável e rentável aos olhos da classe dominante.

Considerações finais

A luta coletiva sempre foi fundamental para a quebra de paradigmas sociais sobre a classe dominante, as conquistas das minorias sociais no capitalismo são um freio sobre a exploração contínua regida por tal sistema, porém toda crítica deve ser levada em consideração, tendo em vista que uma luta social domesticada pela classe dominante não causa impacto na estrutura. Isso não quer dizer que as lutas sociais do caráter antirracista sejam invalidadas, é um papel importante na agitação e propaganda das lutas da minoria, porém para que a luta não se torne apenas gritos de ordem, domesticados por migalhas em forma de reformas, é necessário um entendimento sobre a questão de classe que envolve todo

o processo histórico e cultural, no qual é sustentado pelo sistema econômico atual.

O movimento antirracista não é só ação direta, mas também de uma compreensão crítica das relações entre memória, história, identidade e sistema econômico, pois como escreveu Lenin “A teoria sem prática de nada vale, a prática sem teoria é cega”.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Erinnerungsräume: Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses**. München: C.H. Beck, 1999.

BUONICORE, Augusto C. **Marxismo, Luta de Classes e a Questão Racial**. [S. l.], 27 out.2016. Disponível em: www.grabois.org.br/portal/artigos/153129/2016-10-27/marxi-smo-luta-de-classes-e-a-questao-racial. Acesso em: 15 ago. 2023.

CUNHA JUNIOR, H. **Africanidade, Afrodescendência e educação**. Revista Educação em Debate, Fortaleza, v. 2, n. 42, p. 5-15, 2001.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

DE SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. **Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina**. Revista Fim do Mundo, n. 4, p. 20-41, 2021.

FANON, Franz. **Pele negra máscaras brancas**. EDUFBA, Salvador, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas de emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, S. P. **Nação, nacionalismo, Estado**. Estudos Avançados. São Paulo: EdUSP, v. 22, n.º 62, jan.- abr. 2008 (adaptado).

HAIDER, A. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Trad. Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LENIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. **Projeto de Tese Preliminar as questões coloniais e nacionais para o II Congresso da Internacional Comunista**. Sobre o direito das nações.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

LENIN, V. I. **Projeto de teses preliminares: as questões nacional e colonial**. 1920. Segundo Congresso da Internacional Comunista.

MARX, Karl. **Obras Escolhidas**, t. I, pag. 339, "Contribuição à crítica da Economia política",

2008.

STALIN, Josef. **O marxismo e o problema nacional e colonial**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

SCHWIKOWSKI, Martina. **O “Che Guevara” africano**. DW, 2017. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/thomas-sankara-mem%C3%B3rias-do-che-guevara-africano/a-40944633>.